

MERCOSUL

Começa a integração do Cone Sul

Em janeiro, acabam as barreiras alfandegárias. Mas ainda há muito para ser feito

Roberto Nicolato
(Curitiba - PR)

A partir de 1º de janeiro de 1995 entra em vigor o tratado do Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul), com o zeramento das tarifas alfandegárias e criação de uma zona de livre comércio entre o Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. A redução gradual das tarifas e o processo de integração, que vêm ocorrendo desde que foi assinado o Tratado de Assunção, provocam um efeito multiplicador nas vendas entre os países e suscitam discussões a respeito dos ajustes, visando reduzir os impactos da unificação dos mercados para cada economia específica.

Segundo o responsável pelos assuntos do Mercosul na Federação da Agricultura do Paraná, Augusto Cesar Fayet, para que se estabeleça um mercado comum são necessárias três condições básicas: a criação da Tarifa Externa Comum (TEC), já em vias de acerto final; a harmonização das legislações e políticas setoriais, que ainda não resolveu certas burocracias aduaneiras, e a coordenação das políticas macroeconômicas que, na sua opinião, estaria equacionada com a estabilidade promovida pelo Real.

Fayet explica que, ao contrário do setor industrial e de serviços, pouco coisa foi feita para solucionar questões importantes da agricultura brasileira no contexto do Mercosul. Segundo ele, os dirigentes brasileiros não tomaram nenhuma medida para reestruturação e realocação dos produtores, trabalhadores e meios de produção; faltou firmeza para adoção de uma política agrícola permanente. "A desorganização da produção já nos faz importar produtos - que antes eram produzidos em quantidade, como trigo e algodão", afirma.

Políticas comuns

Neste ano, duas questões que atingem diretamente a agropecuária foram bastante discutidas: a adoção de políticas comuns entre os países do Mercosul para reduzir os entraves na comercialização de vários produtos e a necessidade de colocar em prática um projeto de reconversão agrícola para reestruturar as pequenas propriedades sem poder de competitividade.

Desde 1992, o volume de negócios entre os países que compõem o Mercosul cresceu 75%. A consolidação deste mercado, de 200 milhões de consumidores, passa necessariamente por um fluxo comercial mais livre. No

Ministério da Agricultura foi criado o subgrupo 8, justamente para discutir as questões do Mercosul junto aos governos e à iniciativa privada.

Um dos encontros - o 14º Seminário Agroindustrial da Iniciativa Privada no Mercosul - foi realizado recentemente em Curitiba para estabelecer acordos e normas comuns nas áreas de genética animal e produção e comercialização de produtos que serão afetados com o Mercosul como alho, cebola, flores, erva-mate, produtos lácteos, carne bovina, frutas, hortigranjeiros, entre outros.

Na área de sanidade animal, a Associação Internacional das Sociedades Rurais do Mercosul, com sede em Pato Branco, no Sudoeste do Paraná, defende a padronização das exigências sanitárias e uma legislação comum, embora reconheça as particularidades de cada país. Hoje, na verdade, o que predomina é uma grande burocracia na importação e exportação de animais e genética.

Representantes das associações de fabricantes de rações dos quatro países também estão criando uma entidade para harmonizar as atividades exercidas por elas em seus países e assumir a representação perante os governos e organismos similares fora do Mercosul.

Conceitos distintos

O chefe da Divisão da Produção de Sementes e Mudas, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab), Humberto Malucelli Netto, explica que os conceitos sobre produção e comercialização de sementes, por exemplo, em cada um dos países são distintos. Isto vale também para outros produtos. Segundo ele, o Brasil ainda conhece pouco da realidade da Argentina, do Uruguai e vice-versa. "As diferenças vão desde os tipos de doenças até o tipo de legislação técnica e fiscal, afirma.

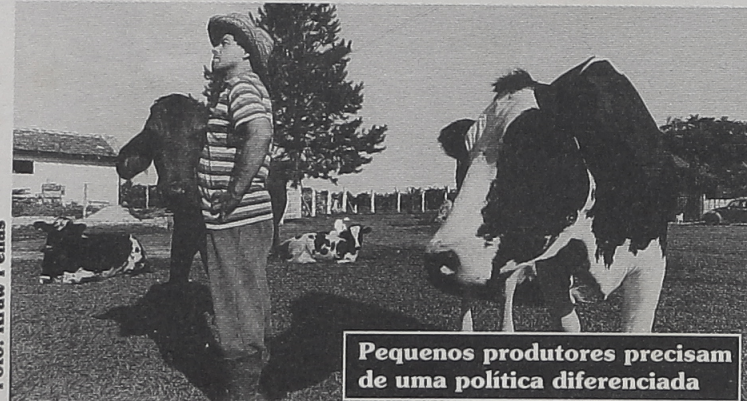
Muitas das questões do Mercosul estão sendo resolvidas atra-

vés de acordos entre os empresários de cada país. Mas outras medidas vão ter que ser tomadas no âmbito político. Malucelli explica que o Brasil tinha um sistema de recomendação de cultivares, praticamente imposto pelo governo federal, que acabou se transformando num "sistema de avaliação", como acontece na Argentina. "Houve um consenso de que as normas brasileiras tinham que ser simplificadas", salienta.

Chegar a um consenso não é fácil e exige muitas discussões. É comum a consciência de que a integração econômica entre os países está apenas começando. Além disso, a integração está forçando os setores da agropecuária nacional a se reestruturar seguindo a máxima da produtividade com menor custo. Mas há a tese, ainda no papel, de que é preciso adotar uma política diferenciada para os setores mais sensíveis neste processo de integração.

Com o zeramento das tarifas, produtos como o feijão, leite, cebola e batata, entre outros, vão entrar no Brasil com preços bem mais baixos que os praticados no mercado interno. A preocupação é de que os pequenos produtores sejam prejudicados, já que utilizam baixa tecnologia e têm altos custos de produção. Os produtores de vinhos do Rio Grande do Sul, por exemplo, conseguiram negociar um acordo para que entrada do produto similar argentino continuasse sendo sobretaxada por um certo prazo para não comprometer a indústria regional.

Algumas medidas isoladas também estão sendo colocadas em práticas por cooperativas, como a diversificação da produção - a Coca-mar está estimulando o plantio de canola em substituição ao trigo -; pelos governos do estado através de programas para pequeno produtor, ou até mesmo pelo governo federal como fim da TR nos financiamentos contratados pelos mini-produtores, embora prevalecendo o atraso na liberação dos recursos. Ainda há muito o que fazer. O Mercosul está apenas começando.



Pequenos produtores precisam de uma política diferenciada

Falta de apoio torna pequenos produtores menos competitivos

Ana Maria Mejia
(Foz do Iguaçu - PR)
Especial para o MultiRural

A falta de empenho do governo federal em garantir uma política agrícola diferenciada para a pequena produção poderá inviabilizar o setor nos próximos meses quando haverá a livre concorrência entre os agricultores dos quatro países que integram o bloco econômico do Mercosul. De acordo com o presidente da Cooperativa Agrícola Três Fronteiras (Cotrefal), Irineu da Costa Rodrigues, os produtores do extremo oeste paranaense só plantaram porque a cooperativa vendeu os insumos a crédito.

Com empréstimos feitos no mercado financeiro, a Cotrefal fez o estoque de sementes, defensivos agrícolas e adubos esperando quitar a dívida com os recursos de custeio que deveria ter sido liberado pelo governo federal. "Planejamos tudo e o governo puxou o nosso tapete", lamenta Irineu. A Cotrefal está pagando juros mensais de 6% e 6,5% e repassando os produtos a juros de 4% e 4,5% ao mês para seus associados.

O descompromisso do governo prejudica a região formada por pequenas propriedades. A Cotrefal tem cinco mil associados que dependem diretamente dos créditos oficiais para trabalhar. Apesar de isentar o miniagricultor da TR, reduzir a 50% o valor da TR para os pequenos e garantir empréstimos a 6% de juro ao ano, para as duas categorias, não houve repasse. Dos US\$ 5 milhões necessários para atender a sua clientela, a cooperativa ainda precisa de US\$ 2,5 milhões.

"O produtor que está pagando juros de mercado há 90 dias entra num grupo de risco, pois qualquer quebra de safra poderá deixá-lo endividado", alertou Irineu.

Nos nove municípios da região, as propriedades têm em média entre 10 e 20 hectares produzindo soja, milho, fumo, mandioca, algodão, café, arroz sequeiro e irrigado, feijão das águas e safrinha, canola, aveia e soja e milho, ambos safrinha. A produtividade desta região é surpreendente. Muitos produtos, como o milho por exemplo, ultrapassam a média nacional em 50% e superam a média argentina, considerado um país agrícola por suas boas condições climáticas de solo.

A constatação desta boa produtividade regional foi feita pelo Departamento do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, em Foz do Iguaçu, que acompanha o desenvolvimento do setor agropecuário da região nos últimos dois anos. O engenheiro agrônomo Ademar Bianchi considera que os incentivos dados pelas cooperativas e associações de produtores contribuíram para a modernização do setor e aumentar a produtividade.

Os dados comporão um banco de informações e auxiliarão a definição da política agrícola brasileira. Bianchi conclui que se houver incentivo e recursos para a produção o mercado poderá crescer muito. A agricultura regional é dinâmica, moderna e associativista.

POUSADA FAZENDA SANTA HELENA

Passeios a cavalo, rio, corredeiras (boia-cross) pesca, cachoeiras • Refeição caseira • Delicioso Cardápio • Sua família tem toda privacidade de uma pousada só para si.

à 27 km de Guarapuava

Faça já sua reserva: (041) 224-4556 com Flávio - fax 226-1545

MERCADO

Erva-mate do Brasil para o Chile

A qualidade do produto nacional consolida a preferência dos chilenos

Roberto Nicolato
(Curitiba - PR)



Rentabilidade estimula o plantio de ervais no Estado.

A erva-mate está entre os 18 principais produtos de importância econômica que o Chile importa do Brasil, ocupando o primeiro lugar em gênero alimentício. Das 6.900 toneladas de erva-mate consumidas anualmente no país, 80% são de origem brasileira.

Essa preferência pelo mate brasileiro - de acordo com o erveiro Waldemar Goteski, que no mês passado participou da Fisa (Feira Internacional de Santiago) - é justificada pela qualidade do produto cultivado em nosso país com 100% de pureza, proporcionada pela ausência de emprego de agrotóxicos na exploração dos ervais. "Para se ter uma idéia, a credibilidade da erva-mate brasileira no mercado chileno é tanta que nas embalagens vem impressa em destaque a frase "Erva-mate do Brasil", deixando em segundo plano a marca do produto. "O que interessa para eles é que o mate tenha origem brasileira, e isso já

virou tradição naquele país", afirma Goteski.

Segundo ele, no Chile existe mercado e preferência pelo produto brasileiro, mas o que falta é o marketing para conquistar um número maior de consumidores, sendo que dos quase 14 milhões de habitantes do país, apenas 20% consomem o mate. "Devemos aproveitar a política de liberalização econômica sólida e moderna que o Chile está impondo e estreitar as relações comerciais entre os dois países que hoje supera um bilhão e meio de dólares. No ano passado, somente a erva-mate rendeu ao Brasil um volume de US\$ 8,324 milhões".

Goteski explica que o mercado chileno é explorado apenas por 13 empresas que fazem a importação da erva-mate. Essa limitação de empresas que atuam com a importação, segundo ele, gera comodismo tanto de quem importa como de quem exporta para o Chile, o que dificulta a possibilidade de conquistar os 80% restantes da população não consumidora do mate. "Um passo decisivo para ampliar o merca-

do seria associar o mate à juventude e ao esporte através de uma campanha que divulgasse os benefícios da erva-mate para o organismo humano nas diversas vitáminas que o produto oferece".

Além disso - completa Goteski - algumas ações estratégicas são importantes para o aumento das exportações de erva-mate para o mercado chileno. A primeira seria a empresa abrir um escritório em Santiago com profissionais competentes para a exploração do consumo no país. Em segundo lugar, estaria a contratação de um agente que procurasse introduzir o produto nos postos de venda. Em terceiro - a mais lógica na opinião dele - é procurar fazer uma parceria com uma das 13 empresas importadoras, onde a empresa brasileira entraria com a tecnologia de produção e preparação da erva-mate, e a empresa chilena ficaria responsável pela estrutura de distribuição e gerenciamento do marketing como forma de atrair a população para os benefícios da erva-mate à saúde e ao meio ambiente.

Erva-mate ganhou status de cultura rentável

Antes de 1984 praticamente toda a erva-mate consumida no Paraná provinha dos ervais nativos. A partir desse ano começaram a surgir os primeiros ervais plantados, mas pela falta de conhecimento técnico dos produtores e pessoal especializado na cultura muitos ervais não tiveram bom desenvolvimento.

Com a criação do PDFI (Programa de Desenvolvimento Florestal Integrado) pela Secretaria da Agricultura do Estado em 1987, começou o desenvolvimento de algumas práticas tecnológicas que permitiram a implantação de ervais em todo o estado. A instalação dos viveiros de mudas pelo antigo ITCF (hoje IAP) permitiu aos produtores acesso à mudas em maior quantidade e qualidade através da distribuição maciça realizada pelo órgão.

Mas a preocupação em dar à erva-mate um tratamento como cultura rentável - segundo o engenheiro florestal da Emater Leonhar Schlossmacher Neto - só veio com o PAA (Programa de Alternativas Florestais), que através de um diagnóstico do setor realizado pela Seab/Emater mostrou que a oferta de matéria-prima era inferior à necessidade de consumo.

Atualmente estão sendo implantadas unidades demonstrativas com técnicas de nutrição e adubação de erva-mate, espaçamentos mais adensados, podas de formação e condução, decepas (os rebaiamentos) de ervais nativos, e preparo do solo. Além disso, acrescenta o engenheiro florestal, há hoje a preocupação com a oferta contínua de erva-mate repassada aos produtores com orientações para que a colheita seja feita em épocas de pouca oferta do produto.

A criação da Norma Técnica Higienico Sanitária para a erva-mate que estabelece parâmetros para a melhoria da qualidade do produto desde a colheita até o beneficiamento, e as fiscalizações da Secretaria de Estado da Saúde em estabelecimentos processadores da erva-mate foram outra conquista do setor nos últimos anos. Na avaliação de Schlossmacher Neto, essa normatização do setor está contribuindo para que a erva-mate paranaense seja conhecida no Brasil e no exterior como um produto puro e de qualidade.

Qualidade é reconhecida no exterior

A erva-mate produzida no Paraná é reconhecida em países como Japão, Alemanha e Estados Unidos. Mas para que isso acontecesse foi preciso que a Secretaria de Saúde do Estado, com a ajuda da Associação dos Produtores e Industriais de Erva-Mate do Paraná (Apimate) fizesse um trabalho de conscientização e fiscalização junto aos produtores.

Segundo o médico e ex-secretário de saúde do Paraná, Nizan Pereira, antes deste trabalho foram verificadas várias fraudes, comprometendo inclusive a imagem do produto no exterior. Os fraudadores vendiam a caúna e congoinha - vegetais que podem provocar gastrite e intoxicações - como se fossem erva-mate. "A nossa erva-mate não estava sendo aceita na Argentina por causa da falsificação. Os argentinos fizeram, inclusive, uma grande apreensão de caúna de origem paranaense", explica Nizan.

Em 92 e 93, a Secretaria de Saúde começou então a colher amostras dos produtos e fazer análises em laboratórios. Empresas irregulares foram interditadas com o apoio da Apimate. Hoje, o produto leva no rótulo um certificado de qualidade da Secretaria, com validade de seis meses. Segundo Nizan, com a adoção destas medidas muitos "caiuneiros" acabaram se mudando para Santa Catarina.

Plantio precisa de incentivo para atender a grande demanda

O município de Guarapuava tem aproximadamente 1.200 produtores de erva-mate que colocam no mercado 4 milhões de quilos de erva-mate por ano. Essa produção está bem abaixo da demanda das indústrias que absorvem anualmente um total de 12 milhões de quilos de matéria-prima para a fabricação de chá e chimarrão (este último responsável pela utilização de 80% da erva-mate crua).

De acordo com o engenheiro florestal Leonhar Schlossmacher Neto, esses dados demonstram que Guarapuava tem capacidade de atender toda a demanda das indústrias locais, desde que o plantio seja incentivado pelo município e realizado com a utilização de tecnologias. "Por enquanto - esclarece ele - a produção que falta em Guarapuava é trazida de municípios vizinhos".

Um dos argumentos usados pelos técnicos para estimular os produtores a plantar erva-mate é a rentabilidade econômica que a cultura oferece. "Se plantada com o uso de tecnologias ela pode render de nove a 10 vezes mais que a soja. Em Guarapuava já existe exemplo de produtores que alcançaram um rendimento de 27 mil kg/ha/ano, o que dá uma receita bruta de R\$ 3.600,00", afirma o engenheiro florestal.